

PEC DOS MILITARES

Aprovada pela CCJ em novembro, matéria encontra obstáculos para avançar no Senado e desgasta relação entre governistas e a Defesa. Nova audiência pública será no dia 25

Impasse causa tensão entre os governistas

» ALINE BRITO
» ÁNDREA MALCHER

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que restringe a participação de militares nas eleições, de autoria do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), está travada por falta de consenso entre as bancadas. Mas não só por isso. Iniciativa dos governistas, a PEC está causando racha também entre os aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, com isso, desgastando a relação entre lideranças no Senado e o Ministério da Defesa. Apesar do impasse, uma audiência pública foi marcada para o próximo dia 25.

O líder do PSD, Otto Alencar (BA), falou que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), “ficou de avaliar o tema, mas não houve um consenso dos líderes a esse respeito”. “Houve a discordância de outros senadores e de lideranças de outros partidos. Portanto, não ficou definida e pacificada essa votação”, explicou Otto, após a tradicional reunião entre as lideranças.

A PEC, que veio como uma resposta do governo Lula à politização das Forças Armadas durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), altera o artigo 14 da Constituição Federal, ao inserir um inciso que prevê que o militar, no ato de registro de sua candidatura, seja transferido para a reserva não remunerada. Só poderão ir para a reserva remunerada aqueles que tiverem mais de 35 anos de serviço.

“Na minha opinião, (a PEC) tem que ser apreciada. Se a matéria está aí já há tanto tempo para ser analisada, ela deve ser apreciada. Que o Senado venha deliberar a respeito de um tema que, na minha opinião, precisa ser debatido e esclarecido dentro do possível. Até porque causou problemas dentro da estrutura do governo federal, agora, no último governo, do ex-presidente Bolsonaro. A participação foi muito ativa, elevou, inclusive, a estimulação do 8 de janeiro”, opinou Otto.

A matéria, relatada pelo senador Jorge Kajuru (PSB-GO), acaba esbarrando no projeto de lei que institui o novo Código Eleitoral, sob relatoria de Marcelo Castro (MDB-PI). Ambos os textos apresentam restrições para a candidatura de membros do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da Polícia Militar, e enfrentam impasse e resistência na Casa Alta.

A discussão das duas propostas tem gerado divergências, não

Ed Alves/CB/DA.Press



Governo recorreu a Jaques Wagner para traçar estratégia e destravar PEC. Kajuru, o relator, ficou de fora

só entre oposição e situação, mas dentro da base do governo Lula. Para o líder do PSD, a importância de se votar logo a PEC dos Militares está justamente na maturação que o texto tem, em relação ao novo Código Eleitoral. “O texto relatado pelo Marcelo Castro é mais amplo e não vai ser, na minha opinião, resolvido nesse semestre.”

“Têm várias emendas, várias discussões. Eu, por exemplo, apresentei uma emenda e eu não sou contra a reeleição, sou contra eleição de dois em dois anos. Na minha opinião, não dá para continuar assim, por vários motivos. Eu acho que as eleições devem ser feitas no mesmo ano para todos os cargos. Para Executivo, para Legislativo. Então, isso vai merecer uma discussão mais ampla”, declarou Alencar.

Lula, em resposta à militarização da Esplanada — espólio da gestão Bolsonaro —, reduziu, no início de 2023, a quantidade de militares nas vagas comissionadas. Entretanto, o primeiro ano do governo petista acabou marcado por rugas com as Forças Armadas em meio aos ataques aos prédios dos Três Poderes no 8 de janeiro e, por isso, o chefe do Executivo voltou a fazer acenos para o grupo, em busca de apaziguar as relações. O ministro da Defesa, José Múcio, vem atuando como conciliador,

tentando melhorar a imagem do Executivo nesse sentido.

Na prática, a movimentação acabou adiando indefinidamente a apreciação da proposta. No caso da PEC, o governo escalou Múcio para costurar o parecer junto a Kajuru, para moldar um texto mais aceitável para os militares, como limitar a participação do setor nas eleições, mas permitindo que exercessem cargos como ministros. Mesmo assim, a matéria continua encontrando obstáculos para avançar no Senado, já que a oposição uniu esforços para dificultar a tramitação.

Tensão

Múcio chegou a se encontrar com Jaques Wagner no início de março. A reunião, entretanto, não incluiu o relator, que tem falado abertamente sobre o descontentamento em relação às tratativas.

“Eu perdi a paciência. Eu fui chamado para ser relator da PEC, ouvi o ministro Múcio e ouvi o meu ídolo político, que é o Jaques Wagner, que é meu amigo, minha maior referência política. Eles apresentaram os argumentos deles, e eu apresentei os meus. Com isso, nós fizemos o relatório, certíssimo e irretocável. Depois disso, eles recuaram, eu não sei por que”, afirmou Kajuru ao **Correio**.

O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), por sua vez, é contra a emenda e está capitaneando a oposição. Ele tem defendido um ajuste no texto com a manutenção da remuneração dos militares que quiserem se candidatar. Múcio teria se reunido com o ex-vice-presidente de Bolsonaro para tratar sobre a PEC e buscar um consenso, que também não envolveu o relator.

A articulação de Múcio acabou causando tensão na relação com Kajuru, que é um dos vice-líderes governistas no Senado, que assegura ter rompido relações com o ministro. “Eu fiquei de saco cheio porque você não acha que o Múcio tinha obrigação de me ligar e contar como foi a conversa dele com Mourão? É o mínimo. Mas, aí, o cara me chama para ir lá, eu fui, ele conversa comigo, aplaude o relatório, chama o Mourão para conversar e não avisa o relator. Eu fiquei ofendido”, disse.

Com as articulações em busca de um meio-termo, o texto caminha para ser desidratado, mesmo contra a vontade de Kajuru. “Eu não quero mais falar sobre esse assunto. A PEC está pronta. Eu não mudo nada. Se eles (o governo) estão conversando com os militares, é problema deles. Agora, se eles encherem muito o saco, aí eu saio da PEC. Eu devolvo a PEC”, assegurou.

Quarentena para policiais e juízes

O novo Código Eleitoral foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e está no período de receber emendas. O debate sobre a matéria ainda não começou no colegiado, mas alguns senadores já apontaram descontentamento com a limitação para candidaturas de militares. Esse projeto é ainda mais restritivo do que a proposta de emenda à Constituição (PEC), que restringe a participação de militares nas eleições, pois engloba, além das Forças Armadas, policiais, juízes e promotores.

Ao **Correio**, o senador Sérgio Moro (União-PR), que pediu para registrar voto contrário em novembro, quando a CCJ do Senado aprovou a PEC que retira da ativa os militares que se candidatem para cargo público, sinalizou que vai se reunir com representantes das categorias antes de assumir um posicionamento definitivo, mas que não concorda com as limitações. “Sou contra a imposição de restrições adicionais aos direitos políticos de categorias específicas de cidadãos, como juízes, policiais e militares. Pretendo ouvir as associações e os representantes dessas categorias antes de um posicionamento definitivo”, afirmou o ex-juiz.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



O Projeto de Lei Complementar (PLP) 112/2021, que institui o novo Código Eleitoral, foi aprovado na Câmara em setembro de 2021, ainda durante o governo de Jair Bolsonaro. Mesmo em meio a um mandato marcado pela atuação de militares nos Três Poderes, inclusive com o ex-vice, Hamilton Mourão, que é general da reserva

do Exército, a Casa Baixa aprovou o texto que estabelece uma espécie de “quarentena” para membros das Forças Armadas.

De acordo com a matéria, policiais, militares, promotores e juízes que queiram se candidatar a algum cargo político deverão abandonar suas funções quatro anos antes do pleito de interesse. Ao chegar

ao Senado, o relator, Jorge Kajuru (PSB-GO) optou por não fazer alterações nessa parte do texto, visando agilizar a tramitação. Isso porque, caso seja aprovado pelos senadores e volte para a análise dos deputados, esse ponto do PLP não poderá ser alterado, tendo em vista que já passou pelo crivo dos deputados. (AB e AM)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



O fascínio ideológico pelo modelo da China

A presidente do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann, liderou uma comitiva de 28 dirigentes e deputados para estreitar as relações da legenda com o Partido Comunista chinês, que já vem se desenvolvendo há alguns anos. É a maior delegação de um partido brasileiro a visitar a China, maior do que a de qualquer visita do líder comunista Luís Carlos Prestes no auge de seu prestígio como secretário-geral do PCB. Foi uma programação intensa, que incluiu um seminário com lideranças de Pequim, em que Gleisi leu uma carta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva “ao camarada Xi Jinping”, e um encontro no Palácio do Povo com um dos sete membros do Comitê Permanente do Politburo, Li Xi, que integra o núcleo dirigente mais poderoso da China.

No VII Seminário Teórico entre o PT e o Partido Comunista chinês, Gleisi afirmou que o mundo vive uma “crise sistêmica”, cujo “epicentro” são os Estados Unidos. Seu tom contra o governo norte-americano foi mais forte do que o dos chineses, que evitaram menções diretas aos EUA. Para Gleisi, a China é uma “democracia efetiva”. Essa aproximação entre o PT e o Partido Comunista da China não teria nada demais, se não houvesse certo fascínio de alguns dirigentes petistas pelo modelo político da China e o PT não fosse o partido do atual presidente da República.

Isso não significa, é obvio, que o governo Lula seguirá o modelo chinês, até por uma questão de correlação de forças no Congresso e na sociedade. Mas não passará despercebido pelas lideranças do Ocidente, num momento de acirramento da disputa comercial entre os Estados Unidos e a China e de uma guerra na Ucrânia entre a Rússia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Quando a disputa econômica suplanta a cooperação com a China, a defesa da democracia passa a ser um divisor de águas.

A China tem pressa do ponto de vista de sua expansão comercial, mas toda a paciência do mundo para lidar com os conflitos. O modelo de capitalismo da China é uma experiência econômica notável, que ainda desperta grande interesse dos economistas. Nos países em desenvolvimento, porém, o “milagre chinês” também incentiva o autoritarismo de esquerda e o resgate do capitalismo de Estado como via de desenvolvimento. Entretanto, também repercute no Ocidente como pretexto para uma onda “iliberal”, na suposição de que a democracia já não responde aos desafios do mundo pós-moderno e que a China é uma ameaça global.

Terapia de choque

A economista Isabella M. Weber trocou Berlim por Pequim para estudar o fenômeno chinês. Descobriu que a economia lá ensinada era a mesma dos manuais de seu curso na Alemanha. Seu livro *Como a China escapou da terapia de choque* (Boitempo) mostra como as forças que se digladiam para definir os rumos da economia chinesa evitaram que a China adotasse a “terapia de choque” do Consenso de Washington nos anos 1990.

Weber compara os resultados obtidos pela Rússia e pela China diante das receitas tradicionais. A produção nacional russa, em 1990, representava perto de 4% do produto mundial e caiu para 2% em 2017. A China recusou-se a adotar a “terapia de choque” e sua participação relativa sextuplicou no mesmo período: saiu de 2,2% para 12,5% do produto mundial.

Com Mao, a China ainda era um país muito pobre; Deng despertou os interesses econômicos das empresas e dos indivíduos e transitou do coletivismo e do igualitarismo para o incentivo econômico individual. Em 1984, o Estado adotou a livre concorrência e a regulação de preços por oferta e demanda. Com o novo sistema de preços, “deixou o cavalo correr”.

Em 1989, toda uma geração petista foi impactada pelo massacre dos estudantes na praça da Paz Celestial, o que levou ao rompimento de relações entre os dois partidos por alguns anos. Agora, a flecha se inverteu. As relações do PT com o PC chinês mudaram, há petistas fascinados pela China. Mas também muitas divergências quanto a isso na cúpula dirigente. Elas estão retratadas por Markus Sokol, membro da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, no relato de sua viagem em 2023.

Em *Viagem à China: um relato comentado* (Editora Nova Palavra), Sokol mostra que o operariado chinês vive em condições de trabalho precárias, greves são duramente reprimidas. Não há sindicatos livres e direito de greve na Constituição, as jornadas de trabalho semanais são extenuantes e os salários baixíssimos, as férias são limitadas, aposentadorias restritas e as universidades pagas, ao lado da acumulação das fortunas dos novos milionários que se multiplicam pelo país. Uma burguesia chinesa prospera e participa do Partido Comunista.

O “mandarinato vermelho”, feliz expressão usada por Henry Kissinger para associar o grupo comunista reformador à milenar burocracia chinesa, promove um capitalismo em plena expansão, combinado ao regime de partido único. Isso também incentiva a extrema direita.

O “MANDARINATO VERMELHO” PROMOVE UM CAPITALISMO EM PLENA EXPANSÃO, EM REGIME DE PARTIDO ÚNICO. ISSO FASCINA SETORES DE ESQUERDA E INCENTIVA A EXTREMA DIREITA